



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB

**FAMÍLIA E ESCOLA EM PARCERIA NA INCLUSÃO DO ALUNO
COM SÍNDROME DE DOWN**

NELY MARIA PEREIRA ANDRADE

ORIENTADORES: MARISTELA ROSSATO E LUIS ROBERTO RODRIGUES MARTINS

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

NELY MARIA PEREIRA ANDRADE

FAMÍLIA E ESCOLA EM PARCERIA NA INCLUSÃO DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientadores: Maristela Rossato e Luis Roberto Rodrigues Martins

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

NELY MARIA PEREIRA ANDRADE

FAMÍLIA E ESCOLA EM PARCERIA NA INCLUSÃO DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

MARISTELA ROSSATO E LUIS ROBERTO RODRIGUES MARTINS

PROF^a. DRA. LUCIANA CAMPOLINA

NELY MARIA PEREIRA ANDRADE

BRASÍLIA/2015

"O sucesso nasce do querer, da determinação
e persistência em se chegar a um objetivo.
Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no
mínimo, fará coisas admiráveis."
José Alencar

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus porque “ele é antes de todas as coisas e todas as coisa subsiste por ele” (Colossenses,1:17), a minha família pelo incentivo, colaboração e principalmente por acreditar no meu potencial. Ao meu filho, Hugo Pereira Andrade, por abrir mão da minha companhia e cuidados. Aos meus professores e tutores pela confiança, sinceridade e apoio e aos meus colegas de curso pelo compartilhar de experiências, amizade e companheirismo.

RESUMO

A presente Monografia objetivou a realização de um trabalho de pesquisa envolvendo o conhecimento a respeito da Inclusão e Direitos Humanos e o estudo de caso de um aluno com Síndrome de Down, matriculado em uma escola pública, cursando o 1º ano do Ensino Fundamental. Partindo da constatação de que a parceria com a família é relevante no processo de ensino e que a escola precisa promover a inclusão de forma significativa, o motivo gerador desta pesquisa foi a observação da ausência da família na escola e da necessidade de conhecer os mecanismos que contribuem para que o aluno seja, de fato, incluso. Neste contexto estruturou-se um estudo a partir da trajetória da inclusão no Brasil, das particularidades da Síndrome de Down, do funcionamento do Programa de Atendimento Educacional na Escola – AEE, com intuito de compreender a relevância da participação da família na viabilização do processo da inclusão. A pesquisa foi desenvolvida por meio de análise de documentos do aluno, relato oral da Professora regente, por observação do aluno no ambiente escolar e familiar e pelas concessões de entrevistas realizadas com a mãe, com a Professora da Sala de Recursos Multifuncionais e com a Coordenadora do AEE (Atendimento Educacional Especializado). É possível concluir que a família é uma importante aliada no desenvolvimento do aluno com Síndrome de Down e que a escola deve promover recursos que promovam essa parceria.

Palavras-Chave: Síndrome de Down, Família, Escola, Inclusão.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 APRESENTAÇÃO | 8 |
| 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... | 11 |
| 2.1 A trajetória da inclusão no ensino regular: elementos históricos e fundamentos legais..... | 11 |
| 2.2 Definindo a Síndrome de Down: Causas, sintomas e intervenções | 12 |
| 2.3 A criança com Síndrome de Down | 13 |
| 2.3.1 A criança com Síndrome de Down no contexto da família | 13 |
| 2.3.2 A criança com Síndrome de Down no contexto da escola | 15 |
| 3. OBJETIVOS | 18 |
| 3.1 Objetivo Geral..... | 18 |
| 3.2 Objetivos específicos | 18 |
| 4. METODOLOGIA DA PESQUISA..... | 19 |
| 4.1 Fundamentação Teórica da Metodologia | 19 |
| 4.2 Contexto da Pesquisa..... | 19 |
| 4.3 Participantes..... | 20 |
| 4.4 Materiais | 21 |
| 4.5 Instrumentos e Procedimentos de Construção de Dados | 22 |
| 4.6 Procedimentos de Análise de Dados..... | 22 |
| 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO | 22 |
| 5.1 Contextualização e resultados da observação do aluno no ambiente escolar e familiar..... | 23 |
| 5.2 Contextualização e resultados da entrevista com a mãe | 25 |
| 5.3 Contextualização e resultados da entrevistas com Professora da Sala de Recursos Multifuncionais (AEE) | 26 |
| 5.4 Contextualização e resultados da entrevista com a coordenadora da Sala de Recursos Multifuncionais (AEE) | 27 |
| 5.5 Análise de documentos do estudante..... | 28 |
| 5.6 Depoimento da professora regente: Recebi um aluno com Síndrome de Down em minha sala..... | 29 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 32 |
| REFERÊNCIAS | 34 |
| APÊNDICE | |

A: Roteiro de entrevista com a mãe

B: Roteiro de análise de documentos do estudante

C: Como eu me sinto

**D: Roteiro de relato de experiência utilizado pela Professora da Sala de Recursos,
Professora da Sala Comum e Coordenadora do AEE**

E: Roteiro de entrevista com Professora da Sala de Recursos

ANEXO

A - Carta de Autorização

1 APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa pretendeu estudar o comportamento de uma criança com Síndrome de Down na escola e identificar estratégias que possibilitem a inclusão efetiva da mesma considerando a parceria da família da criança com a escola.

Ao perceber a dificuldade da família em relação à inserção do filho na escola regular, fato que poderia interferir no avanço da criança. Iniciei o trabalho de pesquisa que pretendeu detectar os possíveis entraves e oferecer subsídios para que haja resiliência e participação da família frente à situação.

A observação, entrevistas e atividades desenvolvidas contemplaram toda a trajetória do aluno em sala de aula bem como o seu comportamento no ambiente familiar. Como é recebido pelos colegas? Como reage diante de situações cotidianas em sala de aula? Com quais colegas se identifica? Quais ele rejeita? Qual é o seu comportamento em relação ao professor regente e o professor do AEE? Quais são as expectativas da família em relação ao desempenho do aluno? Quais são as ações da família para que as expectativas se tornem concretas? Toda a trajetória contou com a atuação da família para que a mesma se inteire da realidade do filho dentro da escola e se contextualize para que se continue o processo.

Por meio do trabalho de campo acompanhado pela família, observando a relevância da ação conjunta e da contextualização do ensino, a proposta se estende à conscientização da família quanto à realidade da criança, no sentido da compreensão em relação ao tempo e ao modo de aprender do aluno com síndrome de Down.

A pesquisa e o trabalho de campo objetivaram, portanto, analisar a atuação da família diante das necessidades da criança e oferecer subsídios para que a mesma seja parceira na escola com intuito de promover uma inclusão bem sucedida.

Dependendo das ações da família em relação à criança com Síndrome de Down há possibilidades de avanços mais significativos. A investigação pretendeu analisar o comportamento da família de um aluno, objetivando a inserção da mesma no processo ensino e aprendizagem visando facilitar o processo de inclusão desse aluno no ensino regular e tornar-se objeto de pesquisa onde haja o envolvimento de outras crianças e famílias com as mesmas particularidades.

Uma estratégia efetiva no sucesso da inclusão resulta da parceria entre o professor regente da turma e o professor responsável pelo AEE e de ambos com a família. Para tanto se

faz necessário que o professor regente se inteire de todo o processo deste recurso. É importante conhecer a história do AEE, quando, como e por quem foi instituído, quando foi aprovado, seus pontos positivos e negativos.

A articulação entre a participação da família com todo o atendimento oferecido à criança no âmbito escolar, visando proporcionar um aprendizado significativo, respeitando o limite da criança e, ao mesmo tempo, considerando as possibilidades é de extrema importância, daí a necessidade do desenvolvimento da pesquisa.

As razões que me impulsionaram a desenvolver uma pesquisa com este tema foi o fato de ser a professora regente da turma na qual está inserido o aluno, a vontade de contribuir no desenvolvimento do mesmo e a percepção de que a parceria com a família poderia ser uma importante contribuição.

O presente trabalho estruturou-se em 7 capítulos além da introdução, considerações finais e anexos. Na Introdução buscou-se apresentar uma visão geral de todo o trabalho de conclusão de curso, sua proposta e sua estrutura. No capítulo 1, APRESENTAÇÃO, apresentou-se o panorama geral do trabalho, sua estrutura e justificativas. Capítulo 2: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA tratou da trajetória da inclusão no ensino regular baseados em elementos históricos e fundamentos legais, apresentou a definição da Síndrome de Down: Causas, sintomas e intervenções, descreveu a criança com Síndrome de Down no contexto da família e escola. No capítulo 3: OBJETIVOS, apresentou os objetivos gerais e específicos da pesquisa. No capítulo 4: METODOLOGIA DA PESQUISA tratou da fundamentação teórica da metodologia, do contexto e dos participantes da pesquisa, materiais utilizados, instrumentos e procedimentos de construção de dados e dos procedimentos de Análise de Dados. No capítulo 5: RESULTADOS E DISCUSSÃO foram apresentados os resultados obtidos e a discussão que permeia esses resultados. No capítulo 6: CONSIDERAÇÕES FINAIS constaram as considerações a respeito de todo trabalho realizado. No capítulo 7: REFERÊNCIAS foram apresentadas as fontes de pesquisa utilizadas no trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A trajetória da inclusão no ensino regular: elementos históricos e fundamentos legais

O processo de inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais - NEE na escola tem sido estudado e questionado por um longo tempo até ser amparado por leis que procuraram amenizar a discriminação e proporcionar o acesso às escolas, garantindo os direitos de aprendizagem dessas crianças.

Segundo a afirmação de Melleti (2003), estamos vivenciando um período onde a diversidade humana tem sido observada e que os padrões concebidos há décadas a respeito de um padrão de ser humano têm sido questionados por parte da sociedade. Na educação já se percebe mudanças significativas.

Ter acesso à educação, de acordo com Stainback e Stainback (1999), era muito difícil para as pessoas com NEE devido ao fato delas serem julgadas como pessoas criminosas. O mesmo autor argumentou no período entre 1900 a 1930 que, devido à disseminação desses julgamentos, foram criadas salas especiais dentro das escolas públicas, o que na verdade, não se tratava de inclusão e sim uma confirmação de que essas crianças não eram aceitas nas salas de ensino regular.

Ter acesso à educação é um direito garantido por lei. As crianças são amparadas na constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, onde, além do acesso, é garantida também a permanência de todos os brasileiros, sem discriminação, em escola regular de ensino. Este direito foi ressaltado por meio da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, descritos em nova redação, nos incisos I e VII, do art.208 da Constituição, prevendo a educação básica, a partir dos 4 a 17 anos de idade, obrigatoriamente.

Além do direito à educação, as crianças possuem o direito de estudar em uma instituição de ensino mais próxima da sua residência. Este direito foi adquirido por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que reafirma as conquistas constitucionais supracitadas no art.53, inciso V.

O acesso á escola é um direito adquirido e respaldado na lei. A Constituição garante e define os parâmetros a ser seguido e é obrigação da escola não dificultar ou impedir a garantia desse direito.

(...) a constituição garante que todos têm direito à educação e ao acesso à escola. Toda escola, assim reconhecida pelos órgãos oficiais como tal, deve atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, deficiência ou ausência dela. (SANTOS, 2004, p. 06)

Os direitos ao acesso à escola e a educação não se limita a pessoas com alguma deficiência, mas abrange a todas as pessoas, independente de raça, sexo ou qualquer deficiência.

A Educação Especial apresenta características correspondentes ao ensino transversal englobando todos os níveis, etapas e modalidades, se responsabilizando por criar meios de facilitar o acesso, considerando as necessidades específicas de cada criança, conforme descrito na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008).

Uma das iniciativas para um melhor atendimento aos alunos com necessidades especiais na escola foi o Atendimento Educacional Especializado, o AEE. Este serviço foi institucionalizado, conforme estabelecido na Resolução CNE/CEB, nº 04/2009.

O professor do AEE tem a incumbência de identificar as necessidades e/ou habilidades específico do aluno por meio de diagnósticos ou estudos de caso para que o mesmo seja atendido segundo as suas especificidades. A sala de recursos é equipada com equipamentos de tecnologia assistiva, jogos e materiais didáticos diversos.

Cabe à escola, promover a inclusão buscando recursos e fazendo parcerias para que o aluno com necessidades educacionais especiais receba o atendimento adequado.

2.2 Definindo a Síndrome de Down: Causas, sintomas e intervenções

A Síndrome de Down (SD), segundo (Schwartzman, 1999), é uma alteração genética decorrente da apresentação de 3 cromossomos ao invés de 2, o autossomo 21. Esta alteração pode ocorrer durante ou imediatamente depois da concepção. Pode afetar um em cada 600 a 800 recém-nascidos. A SD é conhecida também como “ trissomia do par 21”.

Estas descobertas foram desconhecidas há até 130 anos atrás, quando o médico inglês, John Landon Down chamou à atenção das pessoas para este grupo de pessoas, até então, ignoradas. Em homenagem a ele, deu-se o nome de Síndrome de Down.

Foi descoberto por um cientista francês, Jerome Lejeune, em 1958, a verdadeira causa da Síndrome de Down, segundo apontamentos de Werneck (1995). Por meio de estudos constatou-se que as pessoas com Síndrome de Down possuíam 47 cromossomos enquanto deveriam possuir 23 pares que totalizam 46 cromossomos. Isto significa que havia um cromossomo a mais no par 21, totalizando 3 ao invés de dois, justificando o fato de ser conhecida como “trissomia do par 21”, citado no parágrafo anterior.

Segundo Smith e Wilson (1976), essa diferença no número de cromossomos, no par 21, é responsável por afetar o desenvolvimento e funcionamento do cérebro, o que interfere também no desenvolvimento motor e outros aspectos da evolução como o comportamento, os sentidos e o grau de inteligência.

O cérebro é um órgão importante afetado pela Síndrome de Down. Segundo Brunoni (1999), ela foi a primeira síndrome associada a uma alteração cromossômica.

O desenvolvimento do cérebro abrange desde formação de neurônios, sua diferenciação e organização funcional, organização de redes e circuitos cerebrais, até a plasticidade neuronal, que se faz pelas modificações produzidas no ambiente físico e eletroquímico ao longo da vida. (SAAD, 2003 p.25)

De acordo com Saad (2003), o cérebro era considerado anteriormente como estrutura passiva e estática, porém, na atualidade, ele apresenta um caráter dinâmico. Muitos estudos foram desenvolvidos pelos autores citados e há indicadores de que, somente há duas décadas, foi descoberto que a prática de atividades pelo reestímulo e pela força sináptica pode promover modificação no cérebro. Essas afirmações são evidências de que as intervenções psicomotoras e pedagógicas podem reduzir as dificuldades apresentadas pelas pessoas com Síndrome de Down.

As pesquisas são um incentivo às escolas no sentido de acreditarem no potencial do aluno com Síndrome de Down e procurar promover uma inclusão mais abrangente, por meio de tentativas e busca de estratégias que busque promover o desenvolvimento do aluno.

2.3 A criança com Síndrome de Down

2.3.1 A criança com Síndrome de Down no contexto da família

A criança com deficiência intelectual depende mais da família no desenvolvimento linguístico, cognitivo, social e emocional. É de extrema importância que esta interação ocorra de maneira saudável e com qualidade.

Segundo Rodrigo & Palácios (1988), se a deficiência não é muito grave, a qualidade da interação com a família tem relação direta com o desenvolvimento da criança nos primeiros anos de vida superando as características comuns das crianças. Essa constatação é de grande importância e, infelizmente, não é do conhecimento de todos.

Muitas vezes, a chegada de uma criança com Síndrome de Down na família torna-se um motivo gerador de conflitos. Bowlby (1993) afirma que a existência de uma criança com distúrbio representa uma ruptura para os pais.

Há casos onde a família excede à surpresa, vivenciando uma crise aguda a ponto de tornar-se uma “tristeza crônica”, conforme Casarin (1999). Existe um processo de luto envolvendo 4 fases que são o choque e a descrença, a ansiedade e protesto, a desesperança e por fim uma recuperação com gradativa aceitação de mudança.

A reação dos pais nesse processo de luto é organizada em 5 estágios. (Drotar e colaboradores, 1975 e Gath, 1985, apud Casarin, 1999).

1º Reação de choque. As primeiras imagens que os pais formam da criança são baseadas nos significados anteriormente atribuídos à deficiência.

2º Negação da síndrome. Os pais tentam acreditar num possível erro de diagnóstico, associando traços da síndrome a traços familiares. Essa fase pode ajudar no primeiro momento, levando os pais a tratar a criança de forma mais natural, mas quando se prolonga, compromete o relacionamento com a criança real.

3º Reação emocional intensa. Nessa fase, a certeza do diagnóstico gera emoções e sentimentos diversos: tristeza pela perda do bebê imaginado, raiva, ansiedade, insegurança pelo desconhecido, impotência diante de uma situação insustentável.

4º Redução da ansiedade e da insegurança. As reações do bebê ajudam a compreender melhor a situação, já que ele não é tão estranho e diferente quanto os pais pensavam no início. Começa a existir uma possibilidade de ligação afetiva.

5º Reorganização da família com a inclusão da criança portadora de SD. Para conseguirem reorganizarem-se, os pais devem ressignificar a deficiência e encontrar algumas respostas para suas dúvidas.

Assim como a concepção da sociedade em relação ao desenvolvimento da criança com SD, a família tende a duvidar da capacidade dos mesmos. É preciso que ocorra uma quebra de paradigmas tanto na família quanto na sociedade.

É amplamente conhecida, por meio de informações acessíveis a todos, a possibilidade de avanços na criança com SD. Apropriação dessas informações por parte da família seria relevante para aceitação da criança no seio familiar.

2.3.2 A criança com Síndrome de Down no contexto da escola

O processo de inclusão na escola, bem como na família, ainda está caminhando para se tornar efetiva. A visão de muitas escolas diante da inclusão ainda se limita a aceitação do aluno matriculado. Pouco se faz no processo do avanço cognitivo e psicomotor por falta de conhecimento a respeito das deficiências.

É um desafio para a escola, atender aos alunos considerando a sua diversidade. Em se tratando do aluno com deficiência, a escola busca o atendimento individualizado sem se ater que, apesar do processo individual ter um papel importante, não é possível dissociá-lo do contexto social, conforme afirma Fonseca (2000).

Assim, o ensino-aprendizagem tem que ser visto como um processo mais vasto de socialização do indivíduo nas suas dimensões socio-cultural, autonomia, adaptação e aprendizagem, pois embora a aprendizagem seja um processo individual, ela não ocorre dissociada de um contexto social (FONSECA, 2000, p.96)

Partindo desta afirmação, é fato de que a inserção do aluno com deficiência na escola é fundamental para que a aprendizagem aconteça de forma integral, porém, é fato que até mesmo nas escolas houve e há ainda discriminação de alunos e a separação entre alunos ditos normais e anormais, o que é lastimável.

A trajetória da inclusão dos alunos ainda é um fato discutido e pouco compreendido por muitos, inclusive por educadores, conforme afirma Lopes, (2007).

O pensamento distorcido de muitos educadores dificulta o avanço na luta pela inclusão. Muitos avanços houveram até a presente data, porém, há muitos desafios a serem cumpridos para que a inclusão seja, de fato, eficiente.

Podemos considerar também que a aceitação de um aluno na escola regular, implica em alterações necessárias no ambiente escolar e em todo o contexto. Carvalho (2003, p. 61) afirma que:

Em síntese, há que examinar todas as variáveis do processo educativo escolar, envolvendo as pessoas da escola (educadores, gestores, alunos, apoio administrativo); o ambiente físico (em termos de acessibilidade), os recursos financeiros e materiais (origens, quantidades, periodicidade de recebimento, manutenção de equipamentos e instalações), os graus de participação da família e da comunidade (parcerias), a filosofia de educação adotada (se tradicional ou não), o projeto político pedagógico construído pela comunidade escolar (natureza do documento, autores, destinação), a prática pedagógica (se mais centrada no ensino ou na aprendizagem), os procedimentos de avaliação (formativa, somativa, formal, informal), dentre outros aspectos.

A tentativa da inclusão sem a observação dessas particularidades, certamente interfere no processo inclusivo, acarretando dificuldades tanto para o aluno quanto para o processo de ensino do mesmo.

Para que se efetive inclusão do aluno com Síndrome de Down na escola, é necessário que se analise as características que lhe são específicas.

Segundo SCHWARTZMAN (2003), o atraso no desenvolvimento motor da criança com SD, pode interferir em outros aspectos, como por exemplo, o seu conhecimento de mundo que ocorre a partir da investigação do espaço. O comportamento repetitivo e a impulsividade, pode interferir no tempo da exploração do ambiente, limitando assim o aprendizado.

O atraso na linguagem e o déficit de atenção são também, segundo Schwartzman (2003), causadores da dificuldade de aprendizagem pelo fato de dificultar a compreensão e obediência aos comandos, o desenvolvimento da oralidade por meio da conversação e realização de diferentes atividades comuns nas escolas.

Outro fator importante é o déficit em relação à memória, em virtude da limitação no acúmulo de informações, que também interfere na oralidade e apropriação do sistema de escrita. De acordo com Voivodic (2004, p. 45), “[...] déficit na memória em longo prazo, o que pode interferir na elaboração de conceitos, na generalização e no planejamento de situações”.

Segundo Masini (2000 apud VOIVODIC, 2004, p.34), é prudente que haja um preparo cuidadoso, em diferentes níveis e aspectos para a efetividade da inclusão. O mesmo autor relaciona alguns fatores relevantes.

- Necessidade de que cada educador conheça seus próprios limites pessoais e de formação e saiba em que medida pode contribuir para a inclusão da criança deficiente.
- As condições e limites de cada escola sejam examinados.
- As formas possíveis para que o processo de inclusão se realize em benefício da criança deficiente sejam analisadas.
- Os projetos educacionais se façam numa dialética teoria/prática, numa constante avaliação do que ocorre com a criança deficiente.

Todo o cuidado na preparação da escola e conscientização dos profissionais da escola é essencial na inclusão do aluno com Síndrome de Down, no entanto, se não acontecer a quebra de paradigmas e um olhar diferenciado para esses alunos, a inclusão não se efetiva.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Compreender a construção de parcerias entre a escola e a família na viabilização do processo de inclusão da criança com Síndrome de Down.

3.2 Objetivos específicos

- Analisar a experiência de parceria desenvolvida, sob a perspectiva dos agentes da escola, identificando os elementos mobilizadores do processo;
- Analisar a experiência de parceria desenvolvida, sob a perspectiva da família, identificando as mudanças ocorridas no processo;
- Elaborar estratégias de incentivo à participação da família na inclusão da criança com Síndrome de Down na escola.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

4.1 Fundamentação Teórica da Metodologia

A pesquisa é um processo metodológico eficaz na busca de informações coerentes que garante a legitimidade do trabalho.

Maciel e Raposo (2010) afirma que esta produção de ideias gera o confronto entre outros sistemas de informação como a busca por meio de entrevistas e observações contidas nesse trabalho e que o qualifica como pesquisa qualitativa

(...) o método é uma forma de pensar a produção intelectual, a produção de ideias em permanente confronto e relação com outro sistema de informação que não é só a produção do cientista, mas que vem do sujeito que está sendo estudado. (MACIEL & RAPOSO, 2010, p. 79)

O estudo do sujeito em consonância com a produção científica em uma abordagem qualitativa promove, segundo Maciel e Raposo(2010), uma construção sistemática.

De acordo com esses novos paradigmas, a investigação qualitativa possui um caráter essencialmente teórico (Branco; Valsiner, 1997, 1999; Gonzálezrey, 1997, 1999). Nessa perspectiva, a teoria é vista como uma construção sistemática que é permanentemente confrontada com a multiplicidade de ideias que aparecem entre aqueles que a compartilham, das quais resultam um conjunto de alternativas que se expressam na investigação científica e que seguem diferentes zonas de sentidos em seu desenvolvimento sobre a realidade estudada. (Maciel e Raposo, 2010, p.82).

As ideias entre professor, coordenador, aluno e família é confrontada com as ideias do pesquisador e, segundo Maciel e Raposo(2010), resultam num conjunto de alternativas, visto que o objetivo principal da pesquisa é a constatação de que a parceria entre escola e família de alunos com Síndrome de Down viabilizam o processo da inclusão.

4.2 Contexto da Pesquisa

A presente pesquisa foi realizada em uma escola municipal, em Ipatinga, Minas Gerais, na turma do 2º ano, em sala de aula de ensino regular e na sala de atendimento escolar especializado, com o apoio de toda equipe escolar que apoiou e acompanhou todo o processo.

Segundo o Projeto Político Pedagógico da escola (2007), a Escola Municipal Terezinha Tavares Lamego, foi fundada sob Lei Municipal de Criação nº702 de 17/12/1980 com a finalidade de ministrar o Ensino Fundamental zelando por um ensino de qualidade. Atualmente ela atende a 4 turmas do 1ª ano, 4 turmas do 2º ano, 4 turmas do 3º ano, 3 turmas do 4º ano, 3 turmas do 5ª ano, 4 turmas do 6º ano, 3 turmas do 7º ano, 3 turmas do 8º ano e 1 turma do 9º ano, funcionando nos turnos matutino e vespertino. Além das turmas convencionais há funcionamento do AEE (Atendimento Educacional Especializado) e o programa Mais Educação que funcionam em ambos os turnos.

A escola é administrada pela Rede Municipal de Ipatinga contando com uma equipe diretiva formada por 1 diretor, 2 vice-diretoras e 3 coordenadores pedagógicos. Sua clientela são alunos de classe baixa, porém é uma escola reconhecida pela realização de eventos importantes como palestras sobre indisciplina, educação dos filhos, perigos das drogas, *bullying*, dentre outros. Estas palestras são oferecidas à comunidade escolar com o objetivo de aproximar a família da escola, visando a melhora no desempenho escolar dos alunos.

A equipe diretiva autorizou a observação do aluno nas dependências da escola e cedeu o espaço para a realização da entrevista com a mãe do aluno, além de ceder as cópias de todos os documentos constantes na pasta do aluno, anexados a esta pesquisa.

4.3 Participantes

A presente pesquisa foi desenvolvida com NJS, um aluno com quadro de Síndrome de Down, atraso do desenvolvimento neuropsicomotor e linguagem e agitação psicomotora, segundo relatório médico, datado em 22 de junho de 2012. Com 10 anos de idade no presente ano, matriculado na turma do 2º ano do Ensino Fundamental. O aluno foi observado no ambiente escolar e familiar. A mãe do aluno realizou a observação em casa e compartilhou os dados obtidos com a Professora regente por meio de entrevista.

A mãe do aluno, ICS, tem 35 anos, e contribuiu no trabalho prestando informações a respeito do filho, suas ansiedades e conflitos, por meio de entrevista, e também observando e acompanhando o filho, no ambiente escolar e familiar.

A professora da sala de recursos, MTLC, prestou informações a respeito do funcionamento da sala do AEE (Atendimento Educacional Especializado) e do

comportamento do aluno durante a intervenção na sala de recursos por meio de entrevista e permitiu a observação da Professora regente e da mãe do aluno no ambiente.

A coordenadora da sala de recursos, EGV, relatou os temas apresentados nas palestras oferecidas aos pais de alunos com necessidades especiais e a equipe diretiva da escola, cedeu o espaço para estudo e observação do aluno e liberou a análise das cópias dos documentos do aluno.

Todos os participantes se dispuseram a contribuir na realização da pesquisa por meio dos relatos, concessão de entrevistas e autorização, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), dando consentimento para que as informações sejam usadas em fins educacionais. Esses documentos foram devidamente assinados antes da coleta da pesquisa.

Quadro de dados para identificação dos participantes:

| Participantes | Idade | Sexo | Tempo de convivência com o aluno com Síndrome de Down |
|---|--------------|-------------|--|
| Aluno | 10 | M | - |
| Entrevistado 1: Professora regente | 49 | F | 1 ano |
| Entrevistado 2: Professora da sala de recursos | 57 | F | 8 meses |
| Entrevistado 3: Coordenadora da sala de recursos | 40 | F | 2 anos |
| Entrevistado 4: Mãe do aluno | 43 | F | 10 anos |

4.4 Materiais

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram usados os seguintes materiais:

- ✓ Telefone celular nas gravações e fotografias
- ✓ Folhas de papel para a impressão dos formulários de entrevistas e relatos
- ✓ Canetas esferográficas
- ✓ Documentos do aluno (anamnese, perfil, laudo médico)
- ✓ Nootebook

4.5 Instrumentos e Procedimentos de Construção de Dados

O desenvolvimento do trabalho consistiu em estudo de caso, que foi desenvolvido por meio dos instrumentos e procedimentos descritos abaixo:

- Relatório da observação do aluno nos ambientes escolar e familiar.
- Roteiro de entrevista com a mãe (Apêndice A)
- Roteiro de análise de documentos do estudante (Apêndice B)
- “Como eu me sinto” com o estudante (Apêndice C)
- Roteiro de entrevista com Coordenadora do NE (Apêndice D)
- Roteiro de entrevista com Professora da Sala de Recursos (Apêndice E .)

No relatório de observação, constam registros de comportamento da criança na sala de aula, na sala de recursos e no pátio da escola e em casa. No roteiro de entrevista com a mãe foram registrados a posição dela em relação ao nascimento do filho, seu comportamento em casa e sua inserção na escola. No roteiro de entrevista com a Professora do AEE, há relatos sobre o comportamento, desenvolvimento e preferências na sala de recursos. No roteiro de entrevista com a coordenadora consta a ação da escola para aproximar a família do aluno tornando-a parceira no processo. No roteiro de documentos do estudante há registros de informações a respeito do aluno desde o nascimento até à sua chegada à escola. Por fim, há um relato da Professora regente explicitando os seus sentimentos com a chegada do aluno em sua sala de aula.

4.6 Procedimentos de Análise de Dados

Os dados da observação e pesquisa foram analisados e apresentados de forma descritiva, buscando enfatizar as informações que interferem no aprendizado no que tange à importância da participação familiar no processo ensino-aprendizagem do aluno com Síndrome de Down.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Contextualização e resultados da observação do aluno no ambiente escolar e familiar

O aluno foi observado durante 10 dias em sala de aula, sendo um dia com a presença da mãe. Foi percebido que o aluno obteve uma mudança satisfatória no comportamento em comparação com os primeiros meses na escola, segundo constatação da professora regente que o acompanha nos meses que antecederam a pesquisa. Permaneceu na sala em todo o período de permanência dos demais alunos, ouviu e obedeceu a professora regente nas tentativas de derrubar os materiais dos colegas, o que era costume, participou dos jogos e brincadeiras, manteve-se alegre e apresentou uma boa relação com os colegas. Quanto ao aspecto cognitivo, se limitou a desenhar a letra N continuamente. Não gosta de colorir. Aprecia o manuseio de massinhas e pequenos objetos. Participou de jogos e brincadeiras e se divertiu com os colegas.

Na sala de recursos, foi notória a sua preferência por atividades desenvolvidas no computador. A professora de recursos conseguia a sua participação em outras atividades com a promessa constante de que ele seria posteriormente autorizado para o uso do equipamento desejado.

“Aqui na sala tem um pouco de tudo. Muito uso de material concreto, jogos, histórias lidas e contadas, teatro, música. O que ele prefere mesmo são os jogos e atividades no computador. Ele desenvolve outras atividades se eu disser que depois ele vai para o computador. Quando ele senta em frente ao computador até a expressão no rosto, muda. Aí ele se esquece da vida!” (MTLC, Professora da sala de recursos, 2015)

No último dia, juntamente com a mãe, desenvolvemos uma atividade com ele, utilizando um instrumento desenvolvido por Rossato (2009), com adaptações para a presente pesquisa. Segue as observações registradas posteriormente à realização do instrumento: “O aluno pegou o rostinho feliz em todas as perguntas. Não consegui identificar se é o que ele realmente sente, se não entendeu as perguntas ou se teve preferência pela figura independente das respostas. Pedi para ele pegar a figura com rostinho triste e ele novamente pegou o rostinho feliz. Anotei como resposta das perguntas, a expressão do rosto da criança diante de cada pergunta, conforme anexo nesta pesquisa”. (Registro de Pesquisa)

A mãe do aluno demonstrou surpresa diante do comportamento do aluno em sala de aula, relatando que em casa não se interessa por muita coisa, limitando-se ao uso do computador. Muitas vezes apresenta crise de choro quando é frustrado em seus intentos.



Jogando com os colegas no pátio da escola



Participando de aula de Artes Visuais

Os resultados obtidos por meio da observação foram positivos. Percebeu-se o avanço o aluno e um interesse maior, ao sentir-se observado por pessoas de sua confiança e que lhe são queridas, em especial, a mãe. Por outro lado, a mãe se conscientizou da relevância do seu acompanhamento na escola.

5.2 Contextualização e resultados da entrevista com a mãe

Segundo a entrevista realizada com ICS, mãe do aluno com Síndrome de Down, a chegada da criança na família foi traumática para a mãe, indiferente para o pai e curioso para a irmã. A família se sentiu insegura e temerosa diante do futuro daquela criança.

O filho passou a ser comparado com outras crianças e quanto mais a família percebia os atrasos no desenvolvimento, comuns da SD, como o atraso na fala e na locomoção, mais se entristeciam e constatavam que ele era uma criança diferente e com muitas limitações.

Em relação à inclusão do filho na escola, houve conflito entre os pais. A mãe relutou diante da certeza de que não haveria desenvolvimento algum, enquanto que o pai insistiu em fazer a experiência. A mãe afirmou que, por se sentir envergonhada, evitava a participação na escola.

Quando a mãe foi questionada a respeito da atual participação, ela afirmou que a mente foi aberta durante a participação em encontros com as famílias de alunos com dificuldades na aprendizagem, oferecidas pela coordenação do AEE.

A participação da mãe nos encontros foi crucial na mudança do comportamento em relação ao filho. Houve a constatação de que o filho não era tão diferente, que poderia aprender dentro de suas limitações, que não tinha motivos para se envergonhar.

Foi relatado por ela que antes da participação nos encontros, a sua parceria na escola era limitada a conversas individuais com a professora regente e que atualmente ela está convicta da necessidade e relevância da participação familiar na escola. Mencionou que se sentiu emocionada ao ver as imagens do filho participando de uma peça teatral na escola.

“Mudou tudo porque agora eu to saindo mais pra rua, vou no Parque Ipanema, ele brinca. Ele já até entrou na peça do teatro da escola né? (ri), não aparece o rosto dele mas quando mostra a foto, ele sabe que ele que foi o jacaré,(ri)”. (ICS, mãe do aluno, 2015)

Quanto às suas expectativas em relação ao futuro do filho ela demonstrou resiliência, porém, não descartou a possibilidade do avanço no aprendizado e garantiu que estaria disposta a cooperar no processo.

O resultado da entrevista confirma que no processo de inclusão é preciso haver parceria, participação e responsabilidade em todos os segmentos da escola.



Representando o jacaré, no teatro: “Os 10 saczinhos”.

5.3 Contextualização e resultados da entrevistas com Professora da Sala de Recursos Multifuncionais (AEE)

A professora da sala de recursos, MTLC, relatou que houve avanços no aprendizado do aluno com Síndrome de Down, NPS, ressaltando que os principais avanços foram a socialização e obediência a comandos. Ela ressaltou que as mudanças ocorreram a partir da articulação dos segmentos da escola e parceria com a família.

Enfatizou a importância da sala de recursos, demonstrando a diversidade nas estratégias que são possibilitadas pela variedade de recursos como jogos, brinquedos, livros, recursos tecnológicos e que, apesar de fazer uso de todos os equipamentos, a preferência do aluno são as atividades desenvolvidas no computador.

MTLC, afirmou que a iniciativa da Coordenação Pedagógica do AEE, em oferecer aos pais encontros para orientá-los na educação dos filhos com deficiência foi uma estratégia incentivada por ela e que houve resultados significativos, mas, não alcançou a totalidade de pais. Ressaltou ainda que para os pais que participaram, o resultado positivo foi evidente, como foi constatado nas entrevistas aqui relatadas.

A visão de futuro em relação ao aluno, NPS, foi bastante encorajadora. Ela acredita na independência e também espera que ele se aproprie da aquisição da leitura e escrita.

5.4 Contextualização e resultados da entrevista com a coordenadora da Sala de Recursos Multifuncionais (AEE)

Diante da constatação de que a ideia da realização de encontros de pais de alunos com necessidades educacionais especiais partiu da coordenação da Educação Especial, responsável pelas atividades desenvolvidas nas salas de recursos multifuncionais, foi realizada uma entrevista com a coordenadora EGV, que nos esclareceu como se deu a dinâmica dos encontros.

Ela relatou que o motivo gerador dos encontros foi a constatação da ausência da família no contexto escolar da criança. A reclamação partiu dos professores regentes que informavam que o contato com os familiares dos alunos com necessidades educacionais especiais se limitava aos momentos de encontro com o professor da sala de recursos multifuncionais.

A primeira iniciativa foi o incentivo aos pais na participação também de reuniões com o Professor regente para que houvesse uma interação entre as famílias. Porém era justamente a negação desse convívio que acarretava a ausência.

Foi percebido então que se faziam necessários encontros entre os pais dos alunos que apresentavam alguma deficiência para um compartilhamento de ideias e busca de solução para estes conflitos.

Nos encontros foram desenvolvidos temas que abrangiam a emancipação e autonomia de educandos especiais, como uma proposta de intervenção às questões apresentadas. Na

oportunidade houve momentos de compartilhamento de vivências e anseios entre os familiares que se agrupavam em contextos semelhantes.

Segundo a coordenadora, foi uma iniciativa tímida que gerou resultados surpreendentes. Ela garante que a prática será mantida para que se alcance a totalidade de adesão por parte das famílias, alvo da iniciativa da intervenção.

5.5 Análise de documentos do estudante

Com intuito de constatar as informações apresentadas na pesquisa, foram analisados alguns documentos que objetivam a confirmação dos dados apresentados a respeito do aluno.

Foi analisado, a princípio, o relatório médico que comprova a deficiência. Ele foi expedido no dia 26 de junho de 2012 pela Neurologista Infantil, que descreve o paciente, NJS, com quadro de Síndrome de Down, atraso do desenvolvimento neuropsicomotor e atraso na linguagem e agitação psicomotora.

As informações contidas no documento são de grande importância porque esclarecem as limitações do aluno e permitem aos professores elaborarem estratégias de ensino que venham ao encontro dessas limitações.

Seguido do relatório médico, foi analisado a Anamnese Psicopedagógica (AP), que é um documento importante onde fatos particulares da criança são apresentados por meio de entrevista com familiares.

O documento acima citado, de NJS foi respondido pela mãe, ICS, que informou nome completo, endereço, composição familiar, histórico familiar, relatou que o nascimento foi por meio de cesariana e que a mesma foi acometida de uma pré-eclâmpse no momento do parto. Especificou todo o desenvolvimento do bebê, incluindo a idade em que falou e andou. Esclareceu-se a respeito de todo o histórico de saúde da criança, como é o sono, a escolaridade desde os primeiros anos de vida, as características pessoais, vida social, sexualidade, as condições no ambiente familiar, problemas de saúde em antecedentes familiares, relacionamento conjugal dos pais e relação do cotidiano da criança desde o nascimento até os dias atuais.

A Anamnese Psicopedagógica do aluno foi realizada no dia 19 de março de 2014.

Foi analisado, por fim, o perfil do aluno. Um documento descritivo elaborado pela professora regente, no dia 12 de junho de 2014.

O perfil do aluno tem por objetivo, apresentar o comportamento do aluno em sala de aula, sob o olhar de um profissional que dispõe de um tempo maior na companhia da criança.

Segundo informações constantes no documento, NJS, há quase 18 meses atrás, apresentava um comportamento bem diferente do atual apresentado nos resultados dessa pesquisa. Nele relata a boa convivência com adultos e crianças, porém, as particularidades da SD são bem aguçadas, como o grau de impaciência, os surtos, a dificuldade em cumprir as regras e os atrasos na fala e locomoção. É um documento que atua como meio comparativo de evolução ou retrocesso do aluno. Serve também como indicador, no caso de substituição do professor.

Todos os documentos foram cedidos pela direção da escola, com a ressalva de não saírem de dentro do ambiente escolar. Nenhum dos documentos analisados constará nos anexos dessa pesquisa, como forma de resguardar a identidade dos envolvidos.

5.6 Depoimento da professora regente: Recebi um aluno com Síndrome de Down em minha sala

Sou Professora regente e recebi em minha turma um aluno com Síndrome de Down. Diante da dificuldade na inclusão causada pelas características comuns da síndrome e da minha inexperiência com a situação, iniciei uma formação na área de especialização para adquirir conhecimentos que me auxiliasse no processo e me propus a desenvolver o presente trabalho de pesquisa. A seguir apresento um relato que resume a minha trajetória na tentativa da inclusão desse aluno.

Procurou lembrar-me sempre do primeiro dia em que o meu aluno com Síndrome de Down, chegou à minha sala.

Não que tenha sido um dia marcante por ser belo e feliz e sim por ser um marco na minha profissão. Foi o dia em que fui impulsionada a pensar de forma diferente, agir de forma diferente, quebrar paradigmas, tecer estratégias.

Meu aluno não chegou acompanhado pelos pais. Chegou preso a mãos fortes de dois componentes da equipe diretiva. Ele não queria entrar na minha sala. Não queria me conhecer. Não queria aquela sala.

Foi forçado. Pediram-me para trancar a porta. Eu tranquei. Então aquela criança começou a derrubar os materiais dos colegas, rolar no chão, chorar convulsivamente. Tentei abraçá-lo, ele rejeitou.

Usei a estratégia de ignorá-lo, então aos poucos ele foi acalmado. Eu ofereci massinha de modelar e palitos. Ele sorriu. Brincou por alguns momentos e então se aproximou de mim. Queria outra atividade, mas não sabia pedir. Não falava.

Pedi um abraço. E ele deu. Foi o abraço mais precioso da minha vida!

Pensei: Está sobre controle, então posso abrir a porta. Por questão de minutos ele fugiu da sala. Foi novamente resgatado pelas pessoas, aos prantos, nervoso e já não quis o meu abraço.

Naquele dia não teve aula para os demais alunos. Eles assistiam a minha impotência, calados.

Quando cheguei em minha casa, chorei. Um pranto de desalento, de desatino, de recusa. O que eu posso fazer por ele? Era mais um desabafo do que uma pergunta.

Convicta de que eu não sabia o que fazer, fiz o que deve ser feito quando não se sabe alguma coisa. Pesquisei. Li tudo o que encontrei sobre a SD. Fui me acostumando e aprendendo a amar aquela criança.

Cartolano afirma que "[...] diante da aceleração das mudanças, das novas descobertas das ciências e das tecnologias modernas, é preciso que estejamos sempre de espírito aberto à pesquisa, à busca incessante de novas respostas que nos ajudam a repensar o velho e a enfrentar o novo [...]" (1998, p. 29-30).

Descobri então que, com aquele aluno, minhas práticas não funcionariam. Procurei me inteirar de como ele era atendido na Sala de Recursos Multifuncionais da escola e começamos um trabalho de parceria.

Meu aluno recebeu uma acompanhante, aluna de Psicologia, que foi a minha parceira. Passei a não permitir que meu aluno fosse trazido à força para a sala. Eu mesma ia buscá-lo. Olhava nos olhos dele e dizia com firmeza: Estou na sala te esperando. Venha agora. Ele se levantava do chão e me acompanhava.

O tempo passou e ele se adaptou e eu me adaptei a ele. Tudo ficou mais fácil. Ele participava de tudo e eu ficava ansiosa para mostrar à mãe dele os seus avanços. Ela não queria ver imagens de uma criança diferente das outras, mesmo sendo ele, o seu filho.

Incomodada com a atitude da mãe, busquei ajuda na escola. A coordenação do AEE iniciou um trabalho maravilhoso que trouxe resultados positivos. A mãe do aluno permitiu que eu desenvolvesse um trabalho de pesquisa que se tornaria conhecido por muitas pessoas.

Hoje me considero uma vencedora e o mais importante é que não venci sozinha. A parceria da família também fez toda a diferença. Houve também parceria de toda a escola porque se convenceram que aquele aluno era de todos, era da escola, era da Rede Municipal.

Concluo com alegria, por ter tido uma experiência tão marcante que se tornou objeto de pesquisa.

NMPA

(Professora regente)

O presente relato corrobora a relevância da busca de estratégias por parte do Professor regente ao receber um aluno com necessidades educacionais em sua sala de aula e reafirma a necessidade do trabalho de pesquisa em busca de conhecimentos em relação à necessidade aliados ao trabalho de parceria com a família e todos os segmentos da escola.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho fomentou a constatação de que a viabilização do processo de inclusão de uma criança com Síndrome de Down se concretiza diante da parceria família e escola. Por meio de análises de experiências da família e do corpo docente, constatou-se que a criança com SD apresenta um desempenho melhor, quando percebe que a família é aliada no processo. Foi percebido também que a escola deve promover meios estratégicos visando a aproximação e permanência da família na escola.

Mediada pela participação nos encontros com outros pais de alunos com SD, a mãe do aluno se tornou mais presente nas reuniões coletivas, por compreender a importância da parceria com a escola e também por vencer parte das limitações em relação à aceitação do filho.

Foi gratificante o trabalho de pesquisa porque por meio dele compreendi que sou parte do processo e não única protagonista. Constatei que é preciso buscar parcerias e que unindo ideias e somando forças os objetivos são alcançados. A partir da pesquisa realizada os profissionais da escola passaram a ter um olhar diferenciado a respeito da inclusão e a comunidade escolar será privilegiada por contar com uma instituição de ensino que se preocupa com a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. A formação adquirida por meio da Pós-graduação Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, garante ao discente uma visão mais crítica quanto a atuação do Professor regente ao receber um aluno com Síndrome de Down na turma. Confere ao mesmo, uma mudança de perfil, de conceitos e uma necessidade de mudança.

A necessidade de conhecer os mecanismos que contribuem para a inclusão **é crucial** nos tempos atuais, onde a ação inclusiva tem sido questionada e vivenciada por um número maior de escolas. Cada vez mais as famílias têm acreditado na ação escolar como aliada na busca da inserção dos filhos com deficiência na sociedade, como ser ativo e participante.

Pretendo com esse trabalho, incentivar aos professores a buscar conhecimento e recursos que promovam o desenvolvimento de todos os alunos com Síndrome de Down e outras deficiências e contribuir para que cada vez mais as famílias se tornem parceiras nesse processo.

REFERÊNCIAS

BOWLBY, J. (1993). **Apego e perda**. São Paulo: Martins Fontes.

BRASIL. **Secretaria de Educação Especial. Legislação Específica / Documentos Internacionais. 2008**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. 04/08/15 – Nota técnica conjunta nº 02/2015/MEC/SECADI/DPEE-CEB/DICEI

BRUNONI, MILLS in: SCHWARTZMAN, J.S. Colaboradores. **Síndrome d Down**. São Paulo: Mackenzie, 1999

CARVALHO, Alex et al. **Aprendendo Metodologia Científica**. São Paulo: O nome da Rosa, 2000, p. 11-69.

CARVALHO, R.E. **Removendo barreiras para a aprendizagem. Educação inclusiva**. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

CASARIN, S. (1999). **Aspectos psicológicos da síndrome de Down**. In: J. S. Schwartzman (Ed.). **Síndrome de Down**. São Paulo: Memnon.

DUARTE, N. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 1999. p.60)

FONSECA, V. **Exclusão escolar como processo de exclusão social: algumas reflexões sociológicas sobre as dificuldades de aprendizagem**. In: MATOS, M.; SIMÕES, C.; CARVALHOSA, S. (Org.).

LOPES, Maura Corcini. *(Im) possibilidades de pensar a inclusão*. Trabalho apresentado na 30ª Reunião da ANPED. Programa e textos www.anped.org.br/. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), 2007.Lopes, 2007

MACIEL, Diva Albuquerque; RAPOSO, Miriam Barbosa Tavares. **Metodologia e construção do conhecimento: contribuições para o estudo da inclusão**. In: MACIEL, Diva de Albuquerque; BARBATO, Silvine. **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar**. Brasília: Editora UnB, 2010. p. 73-98

MELETTI, S. F. **O relato oral como recurso metodológico de pesquisa em educação especial**. In: Maria Cristina Marquezine; Maria Amélia Almeida; Sadao Omote. (Org.). **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: Editora UEL, 2003, v.01, p.01-10.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Básica, 04 de agosto de 2015.

RODRIGO, M. J. & Palácios, J. (1998). **Família y desarrollo humano**. Madri: Alianza Editorial.

SAAD, S.N. **Preparando o caminho da inclusão: dissolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com Síndrome de Down.** São Paulo: Vetor, 2003

SANTOS,2004, SOUZA in: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina: Proposta. Coordenador Sérgio Otavio Bassetti.2006.

SCHWARTZMAN, J.S. **Síndrome de Down.** 2. ed. São Paulo: Memnon, 2003.

SCHWARTZMAN, J. S. (Ed.) (1999). Síndrome de Down. São Paulo: Memnon.

SMITH, D, WILSON, A.A. **El niño com síndrome de Down.** Buenos Aires: Editorial Médica Panamericana, 1976. Trad.Floria Slaki.

STRULLY e STRULLY in: STAINBACK, S; STAINBACK,W. **Inclusão: Um guia para educadores.** Porto Alegre: Artmed Editora, 1999. Trad. Magda França Lopes.

VIGOTSKI, L. S. Fundamentos de defectologia. 2 ed. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1997. tomo cinco.(Obras Completas).

VOIVODIC, Maria Antonieta Machado de Almeida. **Inclusão escolar de crianças de crianças com Síndrome de Down.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

WERNECK, Claudia. **Muito prazer, eu existo,** Rio de Janeiro: WVA, 1995.

APÊNDICES

Apêndice A: Roteiro de entrevista com a mãe

1. Como foi o momento que vocês souberam que seu filho tinha Síndrome de Down?
2. Como você percebe a trajetória de seu filho desde o nascimento até o momento que ele entrou na escola?
3. Como você percebe a trajetória de seu filho na escola, desde o início, até agora?
4. Em sua opinião, o que provocou as mudanças que aconteceram?
5. Como foi participar da experiência de palestras promovidas pela escola?
6. Você afirmou informalmente que as palestras que ouviu mudaram a sua forma de pensar em vários sentidos. O que mudou em sua vida e na vida de seu filho após essa experiência?
7. O que mudou na forma de você se relacionar com seu filho? (Se ela não falar espontaneamente, perguntar sobre preocupação que tinha ao privar o seu filho dos passeios e outros eventos da escola).
8. Como era o seu envolvimento com os professores de seu filho quando ele começou a frequentar a escola e que mudanças ocorreram nos últimos tempos?
9. Sabemos que o desenvolvimento de seu filho tem um ritmo próprio, diferente das outras crianças. Qual é a sua expectativa em relação a ele? Como você imagina seu filho no futuro?
10. De que forma você acha que pode contribuir, junto com a escola, no desenvolvimento do seu filho?

Apêndice B: Roteiro de análise de documentos do estudante

1. Tipo de documento:
2. Período a que se refere:
3. Por quem foi desenvolvido:
4. Quais os objetivos desse documento:
5. Como aluno é descrito no documento:
6. Contribuições do documento aos objetivos da pesquisa:

Apêndice C

| |
|-------------------------------|
| COMO EU ME SINTO ¹ |
|-------------------------------|

1. Quando a professora pergunta para você uma coisa muitas vezes e você não entende. Como você se sente?
2. Imagine que a professora vai dar uma prova para você fazer. Como você se sente?
R. indiferença.
3. Quando os coleguinhas ficam rindo de você na sala quando você não consegue falar direito. Como você se sente?
4. Imagine que a professora bate palmas para você quando você consegue fazer aquela ginástica que os colegas não conseguem. Como você se sente?
5. Imagine que você ficou na sala sem poder brincar no recreio porque a professora pensou que foi você que derrubou o material do colega, mas não foi você. Como você se sente?
6. Imagine que você tenha que mostrar a letra que a professora ensinou e você não viu porque estava olhando para outro lado. Como você se sente?
7. Imagine que a professora nem ligue para o desenho bonito que você fez com capricho. Como você se sente?
8. Imagine que você se esqueceu de fazer as atividades que eram para casa. Como você se sente?
9. Imagine que você perceba que está conseguindo fazer sozinho, atividades que não conseguia fazer. Como você se sente?
10. Imagine que você fosse escolhido para ser o ajudante do dia. Como você se sente?

¹ Instrumento desenvolvido por Rossato (2009) e adaptado para a presente pesquisa.



Muito triste!



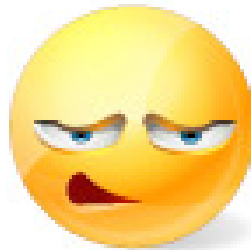
Muito feliz!



Todo orgulhoso!
Se sentindo o máximo!



Preocupado!
Ih...e agora!



Com muito ódio!
Morrendo de raiva!



Morrendo de vergonha!

(Durante o recreio.)

Apêndice D: Roteiro de relato de experiência utilizado pela Professora da Sala de Recursos, Professora da Sala Comum e Coordenadora do AEE

1. Participante:

- () Professora da Sala de Recursos
- () Professora da Sala Comum
- (X) Coordenadora do NEE

2. Descreva, a seguir, com a maior riqueza de detalhes possível, como foi, para você, a experiência de realização de palestras para as famílias de alunos com NEE.

Apêndice E: Roteiro de entrevista com Professora da Sala de Recursos

1. Participante:

(X) Professora da Sala de Recursos

() Professora da Sala Comum

() Coordenadora do NEE

1. Como você percebe a trajetória do aluno pesquisado na escola, desde o início, até agora?
2. Em sua opinião, o que provocou as mudanças que aconteceram?
3. Quais são os recursos utilizados nos momentos em que o aluno está na sala de recursos? Quais são as preferências dele? Como ele reage ao que é proposto para ser feito?
4. Além do atendimento especializado para os alunos, temos conhecimento de que há uma preocupação em relação às famílias. Como você promove essa parceria entre família, aluno e escola?
5. Como foi participar da experiência de oferecer palestras às famílias? O que motivou você a tomar essa iniciativa de envolvimento com as famílias?
6. Como os temas das palestras foram escolhidos?
7. Como percebeu a reação das famílias, de modo geral, diante dessa iniciativa?
8. Em sua opinião, como deve ser a parceria entre o professor regente e o professor do AEE?
9. Em relação ao aluno, foco da pesquisa, sabemos que houve uma mudança em relação ao desenvolvimento dele e o envolvimento da mãe em relação à escola. Em sua

opinião, o que motivou essa mudança de comportamento da mãe e o que essa mudança interferiu no desenvolvimento da criança?

10. Como você imagina que estará esse aluno no futuro?

2. Participante:

() Professora da Sala de Recursos

(X) Professora da Sala Comum

() Coordenadora do NEE

Depoimento: Recebi um aluno com Síndrome de Down em minha sala.

ANEXOS

ANEXO A - Carta de Autorização



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____ e no RG nº _____, residente e domiciliado _____ à (endereço) _____, autorizo o(a) Sr(a) _____ inscrito no CPF sob o nº _____ e no RG nº _____ realizar uma entrevista por vídeo ou áudio, sobre o processo de alfabetização/letramento de um estudante com necessidades educacionais especiais (com deficiência ou altas habilidades/superdotação) para o estudo e aprofundamento das temáticas discutidas no Módulo V (Processos de ensino-aprendizagem para os alunos com Necessidades Educacionais Especiais) do Curso: Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar . O vídeo ou áudio serão disponibilizados no youtube para serem utilizados para este fim e para apreciação pública na internet.

_____, _____ de fevereiro de 2015.

Assinatura da mãe(pai) do aluno(a) Entrevistado(a)

Assinatura do aluno(a) do curso Es DH



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre **FAMÍLIA E ESCOLA EM PARCERIA NA INCLUSÃO DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA**

. Assim, gostaria de solicitar sua autorização para que seu filho participe do estudo.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas, observação do aluno na escola, questionários, análise da anamnese, perfil, laudo médico e fotografias.

Esclareço que a participação de seu filho no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Seu filho poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que a identificação seu filho não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes da participação na pesquisa, tais como fotos e relatos(*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone 88266395 ou no endereço eletrônico hugonely@hotmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Pai/Responsável pelo Aluno

Nome do Pai/Responsável: _____

Nome do Aluno: _____

E-mail(opcional): _____

Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra _____ da Escola, está de acordo com a realizada
 pesquisa _____

, de responsabilidade da pesquisadora _____, aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Profs. Doutores/Mestres, Maristela Rossato e Luis Roberto Rodrigues Martins.

O estudo envolve a realização de *entrevistas, observações e filmagens*, do atendimento em sala de aula e sala de recurso, Atendimento Educacional Especializado (AEE) ,com participação da Professora regente, _____, Professora da sala de recursos, mãe do aluno _____o próprio aluno. A pesquisa terá a duração de ____ dias, com previsão de início em ____ e término em ____ de ____ se ____ Eu, _____, *Diretora do Estabelecimento de Ensino* _____ declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de sua corresponsabilidade como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Ipatinga, 10 de setembro de 2015

 Nome do (a) responsável pela instituição

 Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição